

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS**

**DAFNE HELENA LOURENÇO ROSA**

**O CONFLITO ÉTICO-MORAL NA TRAMA ROMÂNTICA:  
uma leitura de *Senhora*, de José de Alencar**

Porto Alegre, 2013

DAFNE HELENA LOURENÇO ROSA

**O CONFLITO ÉTICO-MORAL NA TRAMA ROMÂNTICA:  
uma leitura de *Senhora*, de José de Alencar**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial à obtenção de grau de  
Licenciatura em Letras pela Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

Professora Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cinara  
Ferreira Pavani

Porto Alegre, 2013

À minha mãe, Cristina;  
ao meu pai, Nilton.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo amor e perfeição com os quais me intuiu na escolha dos caminhos certos para que eu chegasse ao término desta etapa no meu momento certo, junto às pessoas certas.

Agradeço àqueles cuja companhia é certa desde muito tempo antes de minha chegada a este mundo: queridos pais, sou grata por todo seu amor e educação. Amo-os eternamente, não somente por suas condutas exemplares, mas principalmente pelo elo afetivo que construímos através de reencontros milenares.

Aos queridos irmão Jeison e cunhada Camila, pelas horas de descontraídas e reflexivas conversas.

Aos professores do Instituto de Letras, em especial à minha orientadora, a Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cíntia Ferreira Pavani, pelo profissionalismo, dedicação e interesse no desenvolvimento deste trabalho.

Aos queridos alunos dos estágios obrigatórios e não obrigatórios pelas trocas de saberes, cujas lições contribuíram para minha constituição como educadora, mostrando-me que o ensino é fonte eterna de aprendizado.

Aos amigos do curso, Pâmela Damasceno, Luís Eugênio, Gilmar Luís, Daniela Fuhr, Cristina Rocha, Máira Cordeiro e Celso Augusto, por juntos dividirmos angústias e expectativas, nos apoiarmos e compartilharmos ideais e alegrias a cada conquista acadêmica.

A todos vocês e àqueles cujos nomes estão em meu coração, sou sinceramente grata!

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

José de Alencar

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o conflito ético-moral dos protagonistas do romance *Senhora* (1875) de José de Alencar, partindo da observação da coexistência de sentimento e razão em suas ações éticas em relação à moral social. Para tanto, fundamenta-se em conceitos do âmbito literário acerca da ficção romântica e seus personagens, e do âmbito filosófico acerca da ética e da moral. Justifica-se pela importância do romance de Alencar na consolidação do gênero romanesco na Literatura Brasileira, uma vez que inicia o trabalho de análise e compreensão das relações entre os indivíduos e a sociedade.

**Palavras-chave:** Moral. Ética. Ficção romântica. *Senhora*. José de Alencar.

## ABSTRACT

This study aims at analyzing the ethical-moral conflict of José de Alencar's (1829-1877) leading characters in his novel *Senhora* (1875), from the observation of sense and reason coexistence in their ethical actions in relation to social morality. To do so, it is based on concepts from the literary field, such as romantic fiction and its characters, and from the philosophical field, as far as ethics and morals are concerned. It is justified by the importance this Alencar's piece plays in the consolidation of the novel genre in Brazilian Literature, once it gives rise to the analysis and the understanding of the relationships between individuals and society.

**Keywords:** Moral. Ethics. Romantic fiction. *Senhora*. José de Alencar.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 DA RELAÇÃO ENTRE A MORAL E O PRINCÍPIO DA UTILIDADE .....</b>	<b>10</b>
1.1 Da moral burguesa e seus equívocos.....	10
1.2 Do sentimento e da razão no princípio ético da utilidade .....	18
<b>2 DO SENTIMENTO E DA RAZÃO EM FACE À VIDA E À LITERATURA.....</b>	<b>23</b>
<b>3 DA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DE FRAGMENTOS EM CONFLITO ÉTICO-MORAL.....</b>	<b>29</b>
3.1 Do nascimento do conflito ético-moral .....	29
3.2 Do valor dos princípios éticos diante da moral burguesa.....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

É com grande frequência que a historiografia literária diferencia a estética romântica da estética classicista, caracterizando aquela como sentimentalista e esta como racionalista. No entanto, o que se observa é a coexistência de sentimentalismo e racionalismo nas expressões artísticas, uma vez que ambos existem em todos os aspectos humanos, sendo possível o prevalecimento de uma sobre a outra, mas jamais a exclusão de uma ou de outra.

Partindo desta consideração, este trabalho tem como objetivo analisar o romance *Senhora* (1875) de José de Alencar a partir das concepções filosóficas da ética e da moral, a fim de compreender o conflito ético-moral dos protagonistas, cuja principal alavanca é a relação entre os princípios éticos de suas concepções de mundo e a moral social sob a qual estavam inseridas.

Desde seu início, no século XIX, até os dias de hoje, a vasta e consistente produção literária de Alencar permitiu uma gama de análises com profunda multiplicidade de abordagens teóricas e que apresenta inúmeras possibilidades de interpretação. Neste sentido, os estudiosos de Alencar dividem opiniões positivas e negativas acerca de suas obras, inclusive *Senhora*, como denotam as críticas de Olívio Montenegro e Roberto Schwarz, uma vez que a consideram negativamente por apresentar contradições internas e externas em relação à forma do romance, seja por um procedimento imitativo ou excessivamente fantasioso.

Em contrapartida, entre as críticas positivas, é facilmente identificável a defesa de Antônio Candido acerca do olhar analítico do romancista, cuja intensidade descritiva exaltante e idealizadora dos personagens não era fortuita. De encontro a esta defesa, Temístocles Linhares afirma ser a proposta literária alencariana a elevação das características particulares do homem brasileiro, revelando seu desejo de libertação de distintas influências exteriores que determinavam seu modo de conceber a si mesmo.

Em relação ao refinamento do olhar, Regina Lúcia Pontieri (1988) é uma referência nos estudos acerca do romance *Senhora*, uma vez que a analisa no intuito de identificar os “artifícios” composicionais empregados por Alencar para “enfeitiçar” seus leitores, cujas interpretações dão vida à obra. Neste sentido, a autora destaca a importância atribuída por Alencar ao olhar e busca rastrear os efeitos deste na construção narrativa, e seu impacto sobre o leitor, na sua apropriação da realidade que atravessa o romance em questão. Diferentemente de Pontieri, que, para seguir este objetivo, analisa a estrutura composicional de descrições das personagens, em especial Aurélia, e de cenas em que a presença dela somatiza enigmas,

buscarei analisar as ações de Aurélia e Fernando a partir de seus comportamentos em relação à moral representada na obra.

Esta leitura, portanto, justifica-se pela importância do referido romance na formação da Literatura Brasileira, uma vez que inicia o trabalho de observação e conhecimento das relações entre indivíduos e sociedade; para compreender essas relações, torna-se útil analisá-las sob uma perspectiva que considere sentimento e razão como componentes opostos complementares presentes nas ações dos protagonistas. Assim, seu intuito é contribuir para o entendimento da estética romântica, bem como do romance em questão como uma base significativa para a estética subsequente, qual seja a realista.

A metodologia utilizada consiste na revisão de literatura e na análise de *Senhora* à luz de conceitos filosóficos de ética e moral, e literários da ficção romântica e suas personagens.

O primeiro capítulo apresenta inicialmente o conceito filosófico de moral elaborado por Adolfo Sánchez Vázquez (1969), para quem a moral é um conjunto de normas e costumes adquiridos por hábito; depois, propõe um panorama do contexto histórico brasileiro de meados do século XIX, fundamentado nas pesquisas de Gilberto Freyre (1964), que apresenta o início da ascensão da burguesia; na sequência, aborda a mentalidade que caracteriza a burguesia enquanto classe social, com fundamentação em um ensaio de Leandro Konder (2000), que distingue do homem burguês um “tipo humano burguês” repleto de contradições morais; e também nos estudos de June Hahner (2003) acerca da ideologia social distintiva dos papéis de gênero, a qual privava as mulheres das classes mais altas os direitos básicos do ser humano, como o uso do livre-arbítrio nas escolhas de suas vidas; finaliza com o apoio teórico de Luiz Alberto Peluso (1998), que estuda o conceito filosófico da ética denominado por Jeremy Bentham (1748-1832) como o princípio da utilidade, ou o uso da razão para atingir determinados fins visando à máxima felicidade dos indivíduos envolvidos, considerando seus interesses.

O segundo capítulo aborda aspectos da estética romântica e das personagens do romance levantados por Antônio Candido (1981; 1969), para quem as personagens são fragmentos de seres reais e a história narrada um ponto de vista da realidade; apresenta também uma breve oposição entre a crítica de Candido (1981) e a crítica de Roberto Schwarz (2000) e Olívio Montenegro (1953) acerca da produção alencariana.

O terceiro capítulo analisa o romance *Senhora* de José de Alencar à luz dos conceitos supracitados, considerando o conflito ético-moral dos protagonistas como a representação literária da coexistência de sentimento e razão observada pelo autor da obra em fragmentos de seres reais inseridos em seu contexto histórico.

## 1. DA RELAÇÃO ENTRE A MORAL E O PRINCÍPIO DA UTILIDADE

### 1.1 A moral burguesa e seus equívocos

Etimologicamente, a palavra “moral” advém do latim *moralis*, que significa “comportamento adequado de uma pessoa em sociedade”, literalmente “relativo às maneiras, ao comportamento”, de *mores*, plural de *mos*, termo encontrado pelos romanos para traduzir o termo grego “*éthos*”, que significava “costumes, maneiras, modo de agir”. Assim, pode-se brevemente definir “moral” como a conduta dos indivíduos numa dada sociedade.

No entanto, Adolfo Sánchez Vázquez interpreta o termo “moral” como costume sendo “um conjunto de normas e regras adquiridas por hábito” (1969, p. 14). Essa interpretação sugere uma gama de características não naturais do modo de ser do homem, uma vez que o hábito pressupõe uma prática frequente de determinados comportamentos para que se possa incorporá-los ao modo de ser, gerando uma conduta. Assim, segundo o autor, os comportamentos humanos são adquiridos através de hábitos.

Esses hábitos, geralmente, são assimilados pelos homens na vida social, que influencia as comunidades e instituições que a constituem. Desse modo, as sociedades estabelecem um conjunto de normas de condutas que devem ser seguidas pelos indivíduos que circulam nelas. Esse conjunto de condutas morais será paulatinamente incorporado pelos homens ao longo de seu desenvolvimento, até que os mesmos tornem-se habituados a seguir este conjunto moral ditado pelo meio.

O surgimento da moral se dá pela passagem da natureza individual do homem para a natureza social, ou seja, a moral se estabelece através da relação dos homens entre si. Vázquez diz ser necessário haver consciência dessa relação para que o homem possa comportar-se moralmente, seguindo os códigos de conduta da sociedade em que vive (1969, p. 27).

Assim, a coletividade é um pressuposto básico da moral, pois ela apenas se desenvolve a partir das ações coletivas do homem e de como essas ações contribuem para a união dos membros e para as atividades em comum. A moral seria “[...] um novo modo de regular as relações entre os indivíduos e entre estes e a comunidade” (VÁZQUEZ, 1969, p. 35).

Abordando o aspecto histórico da moral, ou seja, seu caráter mutável ao longo do tempo e de acordo com cada sociedade, Vázquez (1969) considera a queda do sistema feudal através do fortalecimento da burguesia europeia e caracteriza esse novo sistema econômico que dominou a conduta dos homens no século XIX:

A economia é regida, antes de mais nada, pela lei do máximo lucro, e essa lei gera uma moral própria. Com efeito, o culto ao dinheiro e a tendência a acumular maiores lucros constituem o terreno propício para que nas relações entre os indivíduos floresçam o espírito de posse, o egoísmo, a hipocrisia, o cinismo e o individualismo exacerbado. Cada um confia em suas próprias forças, desconfia dos demais e busca seu próprio bem-estar, ainda que tenha que passar por cima do bem estar dos outros. A sociedade se converte assim num campo de batalha no qual se trava uma guerra de todos contra todos. (VÁZQUEZ, 1969, p. 36)

Assim se caracteriza a burguesia após sua fase de ascensão, quando suas virtudes embasavam sua concepção de mundo e de valores humanos, sejam elas “laboriosidade, honradez, puritanismo, amor da pátria e da liberdade.” (VÁZQUEZ, 1969, p.37). Esta fase ressaltada pelo autor cedeu ao desenvolvimento dos próprios vícios dessa classe, como “parasitismo social, dissimulação, cinismo, chauvinismo, etc.” (VÁZQUEZ, 1969, p.37), o que se pode perceber também na burguesia brasileira do século XIX.

Dessa forma, o envolvimento dos homens com a coletividade indica o progresso moral de uma sociedade. Ainda que este envolvimento seja sempre determinado pelo meio, que previamente estabelece o que deve e o que não deve ser feito, o homem pode assumir a consciência de suas atividades sociais, o que lhe possibilita construir sua vida social e dominar suas práticas (VÁZQUEZ, 1969).

O autor ainda aborda os aspectos normativo e fatural da moral, sendo o primeiro referente às normas morais que devem ser seguidas e o segundo a sua efetiva realização. Estes aspectos estão em relação mútua, pois as normas propriamente ditas exigem ser seguidas e, para tanto, devem ser realizáveis por todos, enquanto as realizações só agregam valor moral se referidas a uma norma. Porém, conforme Vázquez (1969, p. 51), a existência da norma “[...] não significa que se realize necessariamente; postula um comportamento que se julga dever ser, isto é, que deve realizar-se, embora na realidade efetiva não se cumpra a norma.”. O não cumprimento da norma pode ser baseado em interesses pessoais, bem como em interesses coletivos, pois às comunidades é permitido procurar meios de melhorar suas condições através de ações que indiretamente promovam, ao longo do tempo, a modificação das normas que as regem.

Considerando todos os aspectos da moral levantados até o momento, Vázquez (1969, p.69) elabora uma última definição de moral, concebendo-a como

[...] um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livres e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal.

Assim, as possibilidades de realização ou negação da moral pressupõem o uso da razão, pois o indivíduo racional é consciente de seus atos; e a responsabilidade pela decisão de segui-la ou não mediante interesses particulares ou coletivos.

Para se compreender os costumes e as normas sociais, importa saber que a ascensão de uma nova classe social no Brasil em meados do século XIX influenciou o modo como os indivíduos desta sociedade se relacionavam mutuamente.

Nessa época, o Brasil estava em pleno regime imperial. A vinda da Família Real em 1808 proporcionou inúmeras transformações nas terras brasileiras, não apenas nas esferas política e econômica, mas também nas esferas social e moral.

Com o aumento da produção de café, principal produto brasileiro de exportação, houve grande crescimento econômico, pois os lucros com essa nova produção estimularam o processo industrial no Brasil. Freyre (1964, p. 75) assinala um aumento de 100% nas exportações de alguns produtos nacionais, dentre eles o café, o açúcar, o algodão e o jacarandá. A regularidade nas exportações e também nas importações fortaleceu o contato do país com a Europa, não somente no âmbito econômico, como também no cultural.

Criaram-se inúmeras instituições educacionais, culturais e financeiras, como o Curso de Direito de Recife, a Biblioteca Real e o Banco do Brasil. Também foram abertas as tipografias, proporcionando o surgimento do jornalismo, grande agente cultural da sociedade brasileira. Já com a criação da Imprensa Régia, em 1808, instaurou-se a imprensa escrita no país e deu-se início às publicações do primeiro periódico brasileiro, a Gazeta do Rio de Janeiro. No entanto, a atividade editorial estava sob o domínio do Poder Real. Devido a isso, havia grande censura, que só seria abolida em 1821 por Dom João VI, instituindo a liberdade de imprensa, sendo um importante ato para o desenvolvimento político e cultural do país. Outro aspecto de grande importância foi a criação do Curso de Medicina no Rio de Janeiro, o que modificou aos poucos a consciência imperial acerca das necessidades básicas de saúde e higiene da população e do saneamento para a cidade.

A influência europeia não se fez sentir somente no comércio e nas finanças, mas também através da imigração. Além dos portugueses e dos ingleses, também italianos, espanhóis e franceses introduziram novas ideias e comportamentos nas altas classes sociais brasileiras, assim como as visitas de intelectuais, artistas e cientistas europeus. De acordo com Freyre (1964), os ingleses e os franceses eram os principais influentes da vida dos brasileiros mais sofisticados, que os tomavam como modelos não só para sua convivência elegante, para suas modas de senhora, para seus esportes mais nobres, como para suas leituras literárias e políticas. (FREYRE, 1964, p. 78).

No entanto, Freyre (1964) observou que o alcance a esses avanços era restrito a um pequeno grupo elitizado capazes de acessar a cultura contemporânea. Na Literatura, dava-se a importação de estilos literários vigentes na Europa, como o Romantismo. Sobre este aspecto, Freyre (1964) salienta que o gosto literário entre a gente média era mínimo, e que entre as elites intelectuais observava-se grande ausência de pensamento crítico, pois ainda estaria muito apegada à retórica de outros tempos, no caso, a classicista. De modo geral, o país não apresentava intelectuais sobressalentes nos âmbitos filosófico, literário e religioso que merecessem maior apreço.

O Rio de Janeiro era o principal centro urbano do país, onde era possível observar a divisão de duas classes que permaneciam em extremos opostos. Conforme Freyre (1964, p. 80), de um lado, havia a classe dirigente dos senhores – proprietários de terras e escravistas; de outro lado, a massa escravizada. No entanto, entre estes dois extremos, encontravam-se pequenos lavradores e burocratas, os estrangeiros e uma pequena burguesia, formada predominantemente de alguns profissionais militares navais e portugueses chegados recentemente do Velho Mundo. De acordo com o sociólogo, sua ascensão se deu por sua perseverança, promovendo-se “da condição de donos de pequenas casas de especiarias e até de mascates, ou vendedores ambulantes de miudezas, à abastada classe dos comerciantes – pais e avós de futuros estadistas, diplomatas e magistrados.” (FREYRE, 1964, p. 81)

Durante o período do Segundo Reinado, várias foram as revoltas das classes sociais mais desfavorecidas, influenciadas pela Revolução Francesa, que buscavam a afirmação de direitos econômicos e independência política. Estes levantes revolucionários contaram com o apoio da pequena burguesia urbana, composta por comerciantes, artesãos, soldados e profissionais liberais, cujo ideal também era conquistas sociais.

Enquanto a nobreza aplicava ordens e se eximia do trabalho, as famílias burguesas reivindicavam espaço na sociedade focando ascender economicamente, ligando-se às finanças, ao comércio e à indústria, e acumulando grandes fortunas.

Assim, a burguesia do século XIX é caracterizada pela alta burguesia, representada pelos responsáveis pelos meios de produção, como os donos de indústrias e comércios; pela baixa burguesia, representada pelos funcionários destas indústrias e comércios; e pela média burguesia, representada pelos profissionais liberais.

Os valores burgueses estavam centrados principalmente no trabalho e no capital. Além de se valorizar os homens segundo sua bagagem cultural e intelectual, seu comportamento moral e religioso e sua ideologia política, sua situação econômica era considerada fator importante no estabelecimento das relações sociais. A burguesia era altamente influenciada

pelos valores culturais europeus, seguindo-os na moda, na literatura e nas ideias revolucionárias.

Konder (2000) define os burgueses como “*indivíduos autônomos, empreendedores e competitivos*” (KONDER, 2000 p. 11)<sup>1</sup>. Segundo o filósofo, há dois tipos de burgueses: “*uma coisa é o burguês, o proprietário dos grandes meios de produção, o industrial, o empresário, o banqueiro, o grande comerciante.*” (KONDER, 2000, p. 15). Este seria o burguês que gerou a sociedade burguesa. “*Outra coisa é o ‘tipo humano’ que a burguesia, no exercício da sua hegemonia, permite que se desenvolva na sociedade*” (KONDER, 2000, p. 15). Já o burguês enquanto “tipo humano”, seria o burguês criado a partir do “sistema” social burguês, que deseja ser um burguês da alta burguesia, mas é apenas um assalariado especializado. E, segundo o autor, “pode pura e simplesmente adotar e professar os valores da burguesia, mas também pode tencioná-los, questioná-los, contestá-los, insurgir-se contra eles” (KONDER, 2000, p.15).

O *tipo humano burguês* pode ser caracterizado como aqueles indivíduos que praticam uma ação em conformidade com a moral da alta burguesia na busca de se assemelharem a ela. Geralmente, são sujeitos conservadores que seguem o sistema em virtude de uma diversidade de contradições. Para Konder (2000, p. 54) o tipo humano burguês “[...] seria, por excelência, o ser dos ressentimentos, da inveja, o frustrado, ridículo, ‘condenado’ a uma existência medíocre, vivendo em função da vontade de ser o *outro* (o burguês)”. Para o filósofo, esses indivíduos

querem ser solidários, mas não conseguem deixar de ser egoístas. Um certo calculismo se infiltra, gélido, até mesmo na cálida intimidade dos afetos. Virtudes e defeitos se confundem. Inteligência e esperteza se transformam em malandragem e matreirice. Generosidade vira burrice. O homem burguês é um ser eticamente irresolvido (KONDER, 2000, p. 29).

Observando sua mentalidade, é possível inferir a grande ambiguidade que o tipo humano burguês vivia a partir de seu modo de pensar o mundo. Dominado pelo capitalismo, esse tipo humano passa a comportar-se de modo interesseiro, egoístico e individualista. Movido por esses sentimentos e pelo desejo de desfrutar de poder econômico, o tipo humano burguês não consegue fazer o bem para os outros porque isto acarretaria em desvantagens para si.

Konder (2000) ainda observa que o homem tem como guia para a prática de suas ações a própria razão, que “[...] deve se reconhecer comprometida com a cultura em que ela se

---

1 Grifos no original.

engendra, mesmo quando a crítica com maior radicalidade.” (KONDER, 2000, p. 33). Dessa forma, as ações racionais do homem burguês eram realizadas em virtude da cultura na qual estava inserido.

Essa mentalidade burguesa reforçou ainda mais os aspectos que diferenciavam os papéis sociais de gênero. Enquanto a força masculina estava direcionada para os deveres externos, na esfera pública, a força feminina era aplicada aos trabalhos domésticos, restrita à esfera privada.

As mulheres de classe alta não tinham muitos direitos na escolha dos parceiros de casamento, pois geralmente eram levadas ao altar muito cedo, quando ainda tinham doze ou treze anos de idade, e seus parceiros, muitas das vezes bem mais velhos que elas, eram escolhidos por seus pais segundo seus *status* na sociedade e formação profissional ou acadêmica. Assim, em vez de estarem na escola aprimorando-se cultural e intelectualmente, as meninas eram oferecidas no mercado matrimonial para aumentar as fortunas de seus pais. Ainda sobre o casamento de elite, Hahner (2003, p 45) afirma que

embora celebrado como um santo sacramento de acordo com os rituais da Igreja Católica Romana, o casamento, para a elite, centrava-se na propriedade. Uma aliança considerada adequada e conveniente envolvia parceiros de casamento com igual riqueza e *status*, cuja união preservaria a situação financeira e a posição das famílias. Para manter seu prestígio e estabilidade social, as famílias de elite procuravam evitar os casamentos com misturas de raças, tanto quanto de nascimento, honra ou riqueza desigual. Já que o casamento servia para proteger a propriedade, os acordos e as convenções sociais, ele não poderia ser deixado ao arbítrio individual, e muito menos às prioridades femininas.

O amor não era um pré-requisito para a ligação dos noivos, sendo mais importantes as posses de ambos do que seus próprios sentimentos, pois, como afirma D’Incão (1997, p. 229), “o casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do *status* (ainda que os romances alentassem, muitas vezes, uniões ‘por amor’)”.

Outro aspecto interessante de se observar no casamento burguês é o fato de que este era visto de modo muito diferente pelos homens e pelas mulheres. Sendo possuidora de uma energia naturalmente romântica, a mulher idealiza o casamento como a principal finalidade de sua existência, é o ápice a que o amor pode chegar, ou melhor, é a expressão máxima deste sentimento. Mas, segundo Hahner (2003, p. 86), “o amor, coisa mais importante no mundo, não podia existir entre senhor e escravo”. Geralmente, o casamento era fonte de grandes decepções, traições e abandonos para as mulheres. Já os homens concebiam o casamento de forma desapegada, como um meio para satisfazer um desejo, mudar de estado ou garantir sua

fortuna. Assim, a mulher era apenas mais uma posse, podendo o homem compará-la ao seu cavalo ou às suas botas, ou seja, a ela era atribuído um valor material, sendo o homem raramente apaixonado pela mulher a quem se unia (HAHNER, 2003, p. 86).

Dessa forma, o casamento era efetuado com a finalidade de fortalecer os interesses das famílias, pois era concebido como uma estratégia econômica, em que não há espaço para o amor entre os cônjuges, não havendo necessidade da mínima simpatia entre eles, pois o simples interesse pessoal que uma paixão amorosa provoca poderia afetar drasticamente os interesses do grupo familiar.

Uma vez casada, a mulher era resguardada na esfera doméstica, sendo ela encarregada de executar atividades que exigissem empenho e aplicação das atribuições que lhes eram características, como zelar, educar e administrar as tarefas do lar. Segundo Hahner (2003, p. 43-44), executar estas atividades não era algo fácil, pois

mulheres de elite que permaneciam reclusas em suas casas, muitas vezes dirigiam moradias de porte razoável, cheia de parentes, criados e escravos. Elas supervisionavam a produção de roupas, alimentos, utensílios domésticos e outras necessidades de uma casa em grande parte autossuficiente e eram responsáveis pelos cuidados com a saúde da família, pela instrução de dependentes, bem como por inúmeras obrigações religiosas.

De acordo com Hahner (2003, p. 44), as mulheres podiam administrar a propriedade somente com o consentimento de seus maridos. Sendo muito comum naquela época a visita de vendedores ambulantes, as mulheres iniciavam suas transações comerciais sem deixar o lar. Alimentos diversos, utensílios domésticos e mesmo os mais recentes romances da época eram comprados em casa. (FREYRE, 1964; HAHNER, 2003). Hahner (2003) acrescenta que, devido a essas pequenas ligações com o comércio, algumas mulheres possivelmente influenciavam seus maridos e parentes de alguma forma, através de cargos oficiais na esfera pública, ainda que essa influência fosse exercida secretamente e não transparecesse, o que mantinha soberana autoridade dos homens. Nesse sentido, D'Incão (1997, p. 229-230) assevera a influência que certas mulheres exerciam sobre os homens, que

[...] eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social.

Além de serem prendadas com as tarefas do lar, o intenso desenvolvimento da vida comercial e política na metrópole carioca exigia que as mulheres de elite ostentassem “prendas e habilidades sociais adequadas” (HAHNER, 2003, p. 50), para que auxiliassem na promoção do *status* familiar. Neste sentido, observa-se outro aspecto que tornava evidentes as diferenças entre os papéis sociais de gênero, qual era a qualidade da educação. Certamente, as mulheres de elite deveriam ser escolarizadas, mas a qualidade do ensino para as meninas era muito inferior à do ensino dos meninos:

A riqueza continuava a trazer privilégios. A elite, por meio dos seus consórcios entre famílias, controlava o acesso ao *status* melhor e ao poder político no Brasil. Entretanto, ainda que a educação fosse uma prerrogativa exclusiva de uma minoria bem-nascida e socialmente privilegiada, ao contrário dos homens, um número muito pequeno de mulheres, independentemente de classe, recebiam alguma escolaridade. (HAHNER, 2003, p. 55)

Era consenso do sistema escolar brasileiro que à mulher cabia ensinar apenas o quanto fosse necessário para cumprir seu papel social, como ler, escrever, contar e administrar tarefas domésticas:

A ideia de educação escolar para meninas foi-se somando lentamente à ideia mais antiga de educação doméstica, embora a escolaridade que lhes destinavam não fosse idêntica à dos meninos. [...] Com o tempo as meninas ricas não apenas aprenderam a preparar bolos e doces e a coser, bordar e fazer renda, mas também puderam estudar francês, piano e dançar, e, com tais predicados, oferecer uma companhia mais encantadora e elegante nos encontros sociais. (HAHNER, 2003, p. 57)

Todo o ensino destinado à mulher tinha por finalidade torná-la apta para os papéis de esposa e mãe. A própria lei infligia diferenças entre a educação dedicada aos meninos e a reservada às meninas, fazendo-se obedecer a uma evidente distinção entre os mundos masculino e feminino. Assim, de acordo com a autora, a maioria das escolas femininas enfatizavam as prendas domésticas, que jamais seriam ensinadas aos meninos (HAHNER, 2003).

Além dos cuidados com o lar, às mulheres cabia a tarefa de educar os filhos, que, segundo Hahner (2003) era considerada uma responsabilidade nobre. Com isso, as mulheres receberam um novo valor, pois através de seus ensinamentos eram capazes de modular a mente dos meninos e desenvolver uma nova mentalidade, que substituísse a dominante, ou seja, o poder da mudança estava em mãos femininas.

Refletindo acerca das afirmações acima, constata-se que a visão elitizada associava a mulher a atividades de maior envolvimento afetivo, nas quais pudesse aplicar seu amor e

dedicação, sem que para isso precisasse pensar ou raciocinar. Educar a mulher em níveis mais altos seria o mesmo que ampliar seu conjunto de relações e intercâmbios com outras esferas do saber, o que geraria modificações em seu modo de pensar e agir, pois desenvolveria suas habilidades de julgamento acerca do mundo e de seu papel na sociedade, fazendo-a entrever suas próprias opiniões sobre sua vida e acessar outros modos de compreensão do mundo, ou seja, promover sua libertação.

## **1.2 Do sentimento e da razão no princípio ético da utilidade**

Compreendidas a ascensão e a mentalidade burguesa que geraram uma nova moral entre as classes dominantes da sociedade fluminense no século XIX, importa compreender o papel da ética em relação a essa moral. A palavra “ética” tem origem no grego e seu significado remete àquilo que pertence ao “caráter”, ao modo de ser do homem. De acordo com o Dicionário de Filosofia de Cambridge (2006, p. 299), a ética é o estudo de “[...] quais fins devemos nós, como seres humanos plenamente racionais, escolher e perseguir, e quais princípios morais deveriam governar as nossas escolhas e as nossas buscas.” Como a moral, a ética fundamenta as práticas humanas no uso da razão. Assim, o homem pratica uma ação ética quando segue os princípios morais da sociedade em que vive utilizando-se da razão.

Porém, dentro do campo da filosofia ética, distinguem-se duas tendências que se opõem ao refletirem acerca do modo como o homem deve agir em virtude da sociedade, quais sejam as éticas deontológicas e as éticas teleológicas.

De acordo com Nicola Abbagnano, as éticas deontológicas valorizam as ações humanas em termos de deferência categórica a determinados princípios. Exemplo dessa ética é a kantiana, para a qual a ação eticamente adequada é a que cumpre o dever pelo dever, sendo este uma norma puramente racional que exige do homem o domínio de suas tendências interiores, como vontades e interesses. Desse modo, a ação baseada no dever deve ter valor intrínseco, ou seja, o homem deve realizar uma ação visando unicamente a cumprir um dever seguido pelo sentimento do dever, e não visando aos resultados que atendam a interesses pessoais. (2007, p. 280).

De modo inverso, as éticas teleológicas “valorizam as ações humanas com base em determinados fins ou consequências extramoriais” (ABBAGNANO, 2007, p. 280). Exemplo dessa ética é a utilitarista, que determina como principal princípio a busca da felicidade e a fuga da dor dos indivíduos envolvidos. Nesse sentido, a ação eticamente

adequada considera os interesses dos agentes desde que sirvam para atingir o máximo de felicidade para os mesmos.

Considerando que as ações praticadas pelos protagonistas do romance *Senhora* são racionais, logo conscientes, buscarei analisá-las a partir da ética utilitarista, pois tanto Aurélia como Fernando apresentam interesses pessoais que os impulsionam a realizar essas ações.

O Utilitarismo exerceu grande influência nas correntes filosófica, política e econômica do século XIX especialmente na Grã-Bretanha, e ainda no século XXI, também no Brasil, é tema de inúmeros estudos e discussões entre os filósofos.

Sendo assim, é possível falar em um Utilitarismo Clássico, que será considerado neste trabalho, e cujo principal expoente foi o jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832).

Insatisfeito com a miséria em seu país, Bentham elaborou esta teoria ética pensando a reformulação da legislação vigente. Escreveu uma *Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* em 1789, na qual propôs o Princípio da Utilidade como base da conduta humana, em termos individuais e coletivos.

Para delinear o princípio da utilidade, ou como também é chamado, o princípio da felicidade, Bentham considerou o prazer e a dor como os dois únicos regentes das ações humanas. É a partir deles que o homem determina o que deve fazer, sendo seus atos apoiados por dois planos, o normativo e o factual:

A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*. Somente a eles nos deve apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos. (BENTHAM, 1984, p. 3).

Luis Alberto Peluso (1998) sintetiza o princípio da utilidade de Bentham em 6 princípios (P) e suas respectivas regras (R). O primeiro princípio parte do fundamento da utilidade: “P1. Todo ser humano busca sempre maior prazer possível. R1. Busque sempre o maior prazer e fuja da dor”. (PELUSO, 1998, p. 24). Desse modo, a maximização do prazer é a grande determinante das ações humanas.

Em seguida, Bentham define o princípio de utilidade, entendendo-o como “[...] aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo [...]” (BENTHAM, 1984, p. 4). Conforme esse princípio, uma ação é considerada eticamente adequada quando tende a promover o máximo de felicidade do indivíduo e, em seguida, o autor acrescenta a

comunidade, concluindo que, quando necessário escolher entre duas ações, o homem deveria optar por aquela que gere maior quantidade de felicidade coletiva.

O interesse do indivíduo é a maximização do prazer ou da felicidade. Esta é a principal finalidade das ações humanas. Bentham diz que, para atingi-la, o homem usa de determinados meios, e estes meios são percorridos consoantes a sua própria razão e ao seu entendimento da moral. Outra definição importante é a que se refere ao próprio termo “utilidade”, que

[...] designa aquela propriedade existente em qualquer coisa, propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isto, no caso presente, se reduz à mesma coisa), ou (o que novamente equivale à mesma coisa) a impedir que aconteça o dano, a dor, o mal, ou a infelicidade para a parte cujo interesse está em pauta; se esta parte for a comunidade em geral, tratar-se-á da felicidade da comunidade, ao passo que, em se tratando de um indivíduo particular, estará em jogo a felicidade do mencionado indivíduo. (BENTHAM, 1984, p. 4).

Pode-se entender como “objeto” uma ação ou uma norma que, para serem úteis, devem promover ao máximo a felicidade de um indivíduo ou de uma comunidade. Em relação à comunidade, Bentham a define a partir de uma analogia com o corpo humano, caracterizado por um conjunto de “membros”. Assim também é a comunidade: um “*corpo* fictício”, uma totalidade constituída por pequenos membros que apresentam diversos interesses. “Qual é, neste caso, o interesse da comunidade? A soma dos interesses dos diversos membros que integram a referida comunidade.” (BENTHAM, 1984, p. 4).

Em outras palavras, a ação correta do homem deve maximizar a satisfação dos interesses do maior número, conforme o segundo princípio sintetizado por Peluso (1998, p. 24): “II – Princípio da Identidade de Interesses: P2. O fim da ação humana é a maior felicidade de todos aqueles cujos interesses estão em jogo. Obrigação e interesse estão ligados por princípio. R2. Aja de forma que sua ação possa ser modelo para os outros.” Nesse sentido, pode-se entender que os interesses de um indivíduo devem estar em sintonia com os interesses da comunidade.

O terceiro princípio, o da economia dos prazeres e sua regra moral são sintetizados por Peluso (1998, p. 24) da seguinte maneira: “P3. A utilidade das coisas é mensurável e a descoberta da ação apropriada para cada situação é uma questão de aritmética moral. R3. Faça o cálculo dos prazeres e das dores e defina o bem em termos genéricos.” Esse princípio advém da forte influência da concepção Iluminista de um novo homem, guiado pelo uso da razão. Bentham propunha um método aritmético baseado na racionalidade, ou seja, através do uso da razão o homem poderia medir a quantidade de prazer e de dor que resultariam de suas ações,

calculando as consequências de seus atos e, assim, tornando-se capaz de tomar a decisão mais útil de acordo com o princípio de felicidade.

Para tanto, o homem deveria seguir um quarto princípio, que determina sete variáveis que o homem deveria considerar no cálculo dos prazeres, e cujos conceitos não são muito explicados por Bentham, quais sejam: intensidade / duração / certeza / proximidade / fecundidade / pureza / extensão. Peluso (1998 p. 24) elaborou uma regra para este princípio: “R4. Procure maximizar a objetividade e a exatidão de suas avaliações morais.” Esse conjunto de variáveis permitiria determinar os aspectos que envolvem as ações do homem e levá-lo a considerar racionalmente a relevância das mesmas para a maximização da felicidade para si ou para o maior número de indivíduos.

A partir da concepção destes dois últimos princípios apresentados, é possível entender o Utilitarismo como uma ética consequencialista, uma vez que a avaliação moral de uma ação se dá pelos seus resultados, ou seja, pelas consequências que acarreta para a vida individual ou social. Estas consequências devem ser avaliadas racionalmente, buscando-se verificar os benefícios e os prejuízos dos resultados, que devem ser claros, consistentes e precisos para que a ação enquadre-se em uma prática utilitarista, ou seja, acarrete na máxima felicidade, ou bem-estar, ou vantagem.

O quinto princípio é o da comiserção, a partir do qual o indivíduo que busca sua maior felicidade deve ter o cuidado de não prejudicar a felicidade ou a busca da mesma dos outros indivíduos, acarretando na máxima felicidade para todos: “P5. O sofrimento é sempre um mal. Ele só é admissível para evitar um sofrimento maior. R5. Alivie o sofrimento alheio.”. (PELUSO, 1998, p. 24). Uma ação que gere sofrimento a outros indivíduos só é eticamente preferível se este sofrimento for necessário e impossível de ser evitado. No entanto, este princípio nem sempre é considerado na decisão de uma ação, pois para o indivíduo maximizar sua própria felicidade pode ser necessária a geração de sofrimento de outrem, que, ainda que seja a minoria, acabará sofrendo as consequências dolorosas da escolha da maioria. Neste caso, sempre haverá o sacrifício de uma das partes.

Por fim, o sexto princípio é o da assimetria, que afirma que quanto maior a presença de prazer no resultado de uma ação, maior será a ausência de dor e que, mais que isso, a eliminação da dor gera prazer. “P6. Prazer e dor possuem valores assimétricos, pois a eliminação da dor sempre agrega prazer. R6. Escolha sempre a ação que resulta na maior quantidade de prazer, agregando o prazer da eliminação de sofrimento.”. (PELUSO, 1998, p. 24).

Assim, o princípio da utilidade é um guia para a tomada de decisões. Considerando que o indivíduo encontra-se inúmeras vezes diante de situações que exigem decisões, é possível seguir o princípio ou não, conforme a razão e o modo como as situações se lhe apresentam.

Com o entendimento desta ética, pode-se concluir que a busca pela máxima felicidade é um processo no qual, muitas vezes, o indivíduo pode se equivocar pelo mau uso da razão decorrente da influência da má organização moral da sociedade em que vive, interferindo na busca pelo prazer dos outros indivíduos.

No entanto, esta interferência pode não ser percebida, uma vez que a norma de uma determinada sociedade aceite a maximização da felicidade da maioria ainda que o sofrimento da minoria seja provocado. Mesmo utilizando-se da razão ao tomar uma decisão, um indivíduo pode ser impelido a agir de acordo com a norma de conduta social porque sua ação acarretará maior prazer para si e para os outros, ou seja, um homem disciplinado pela moral é capaz de obedecer às normas da sociedade, acreditando gerar mais prazer para esta e para si, simplesmente porque tem sua razão condicionada para os preceitos morais da sociedade. Assim, os homens racionais podem compreender a moral, mas é somente consoante sua razão que decidirá segui-la ou violá-la.

## 2. DO SENTIMENTO E DA RAZÃO EM FACE À VIDA E À LITERATURA

No início do século XIX, as grandes transformações econômicas, sociopolíticas e ideológicas que envolveram a corte e a colônia, principalmente as conseqüentes à Independência, inspiraram um profundo sentimento de valorização nacional fortemente manifestado no âmbito literário. Juntando-se a isso a negação da estética neoclássica e do racionalismo Iluminista, nascia na Europa uma nova tendência literária na qual predominava a manifestação dos sentimentos em detrimento da razão.

Essa sobressaliência do sentimento nas poesias românticas levou os pesquisadores a classificarem a estética romântica como sentimentalista e a estética neoclássica como racionalista. Porém, Paulo Vizzioli (1993, p. 138) afirma que esta classificação é problemática, pois, para o autor, “nenhuma arte é exclusivamente baseada no sentimento, assim como nenhuma depende unicamente da razão. Como se sabe, esses dois ingredientes são igualmente essenciais a toda e qualquer manifestação artística [...]”. Assim, não é possível conceber sentimento e razão em total oposição; é possível dizer que estas duas formas de manifestação humana ocorrem paralelamente, porém uma se destaca além da outra.

Alguns poetas brasileiros aderiram a esta poética romântica europeia e buscaram adaptar seu sentimentalismo e idealismo às necessidades de manifestação individual e nacional desenvolvidas por ocasião da Independência. Inspirados pelo sentimento nacionalista, os poetas românticos investiram na elaboração de uma poética pautada na individualidade, através do idealismo e da exaltação dos aspectos históricos, geográficos e culturais do país; e no desejo de liberdade moral e político-ideológica do Velho Mundo, através do culto do “eu” pela subjetividade lírica, bem como o sentimentalismo exacerbado, o conflito amoroso e a fuga da realidade.

Dessa forma, de acordo com Candido (1981, p. 21), o nacionalismo literário transformou-se em um projeto de individuação nacional, pois buscou dar lugar ao tema local e exaltar a cultura brasileira através da descrição de paisagens, fatos e costumes, bem como de individuação pessoal, pois buscou manifestar o lirismo individual tipicamente característico da estética romântica através da exaltação de sentimentos e emoções.

Porém, para o crítico, foi com a ficção que se completou o panorama do nacionalismo literário, pois “[...] o estudo das sucessões históricas e dos grupos sociais, da rica diversificação de uma sociedade em crise, não cabia de modo algum na tragédia ou no poema [...]” (CANDIDO, 1981, p. 110). Através das peculiaridades da ficção, o projeto nacionalista teve maior força de expressão.

O retrato de uma realidade particular e a conseqüente elaboração de um imaginário nacional deu à ficção romântica um caráter histórico e sociológico, uma vez que os romancistas românticos interessavam-se pelo “comportamento humano, considerado em função do meio e das relações sociais” (CANDIDO, 1981, p. 110).

[...] sempre que o romance romântico resistiu à tentação da poesia e buscou a norma desse gênero sem normas, encaminhou-se resolutamente para a descrição e o estudo das relações humanas em sociedade. Lugares, paisagens, cenas; épocas, acontecimentos; personagens-padrões, tipos sociais; convenções, usos, costumes – foram abundantemente levantados, quer no tempo (pelo romance histórico, que serviu de guia), quer no espaço (CANDIDO, 1981, p. 111).

De maneira geral, o romance romântico apresentava considerável determinismo nas ações, nos pensamentos e nos sentimentos das personagens, uma vez que os escritores pareciam entrever os conflitos entre o individual e o social, e buscavam descrevê-los dentro da estética literária em questão. Essas descrições da relação entre a parte e o todo atribuíram à narrativa certa verossimilhança, pois através de enredo e personagens, os escritores revelavam o seu ponto de vista acerca dos problemas humanos e sociais da época em que viviam: “a consciência social dos românticos imprime aos seus romances esse cunho realista, a que nos vimos referindo, e provém da disposição de fixar literariamente a paisagem, os costumes, os tipos humanos.” (CANDIDO, 1981, p. 115).

Porém, ainda que revelasse certos aspectos que seriam mais profundamente desenvolvidos na estética literária seguinte, a estética romântica sempre cedeu à tendência idealista carregada de sentimentalismo exacerbado tão comum aos românticos europeus, impregnando de sentimentos personagens, enredos e descrições de modo geral: “este acentuado realismo [...] estabelece no romance romântico uma contradição interna, um conflito por vezes constrangedor entre a realidade e o sonho” (CANDIDO, 1981, p. 115).

Apesar da forte aderência à tradição sentimentalista europeia pelos românticos brasileiros, o interesse pela análise e descrição do homem, da sociedade e das relações entre eles foi o grande legado da ficção romântica para a Literatura Brasileira.

Para abordar literariamente o comportamento humano e social, é necessário considerar os elementos da narrativa de ficção, entre os quais as personagens configuram-se como um dos mais expressivos, juntamente com o enredo. (CANDIDO, 1981, p. 53-54).

Porém, para compreender esta expressividade das personagens do romance, importa saber o que ela é e qual a sua origem. Candido (1981, p. 54-55) afirma que a personagem é

um ser fictício, e apesar do aspecto paradoxal da definição, ela advém da relação entre o ser vivo e o ser fictício.

Essa relação tem início na concepção que cada ser elabora do outro. Para Candido (1981, p. 56), essa concepção é sempre incompleta, pois cada ser é resultado de um conjunto de elementos – históricos, culturais, psicológicos, éticos – que o atravessam, constituindo-o, um mistério cuja completa decifração é impossível. Segundo o crítico, cada ser elabora, assim, um conhecimento fragmentado de outros seres que geralmente é variável de acordo com o tempo e com o espaço.

Um ser real apresenta diversos fragmentos, vistos de acordo com o modo como o outro o interpreta. Sendo o romancista um ser real, também percebe os outros seres de forma fragmentada. Da observação desses fragmentos de seres reais, o romancista parece identificar um aspecto em comum entre eles, denotando uma similaridade, qual seja um conflito ético-moral, e inspirado pela memória, observação e imaginação, os representa literariamente em seres fictícios, transmitindo aspectos da realidade e constituindo a verossimilhança no romance.

Abordando a técnica de caracterização, Candido (1981, p. 62) apresenta a distinção entre as personagens elaborada pelo crítico americano E. M. Foster. Para Foster (apud Candido, 1981, p.62-63) é possível classificar as personagens em duas ordens: “personagens planas”, construídas a partir de um único fragmento do real, seja ele uma ideia ou uma qualidade, e sua principal característica é a resistência às circunstâncias, não sofrendo modificações no espírito; e “personagens esféricas”, muito mais complexas e suscetíveis a mudanças interiores, o que, segundo Foster, as torna surpreendentes dentro do enredo em que estão envolvidas.

Considerando essa distinção, Candido (1981, p. 70) afirma que a personagem oscila entre dois extremos, quais sejam “a transposição fiel de modelos” e a “invenção totalmente imaginária”. Cabe ao romancista a combinação desses extremos a fim de atribuir aos personagens caráter verossímil, considerando, no processo de criação, memória, observação e imaginação, elementos que trabalham em função dos aspectos literários do gênero e as intenções do autor com a criação de sua obra.

No entanto, o sucesso desta combinação depende fundamentalmente da coerência interna do romance, pois o perfil da personagem

[...] é mais um problema de organização interna [...] Mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá tal na medida em que for organizada numa estrutura coerente [...] a *vida* da personagem depende da economia do livro, da

sua situação em face dos demais elementos que o constituem: outras personagens, ambiente, duração temporal, idéias (CANDIDO, 1981, p. 75).

Para elaborar personagens convincentes, Candido (1981, p. 79) ressalta que a descrição de detalhes era uma técnica muito utilizada pelos românticos na expressão da realidade. Nesse sentido, os autores determinam traços físicos e psicológicos para caracterizar as personagens, dos quais a estrutura do romance torna-se intimamente dependente:

Cada traço adquire sentido em função do outro, de tal modo que a verossimilhança, o sentimento da realidade, depende, sob este aspecto, da unificação do fragmentário pela organização do contexto. Esta organização é o elemento decisivo da verdade dos seres fictícios, o princípio que lhes infunde vida, calor e os faz parecer mais coesos, mais apreensíveis e atuantes do que os próprios seres vivos (CANDIDO, 1981, p. 79-80).

Assim, conclui-se que a existência da personagem é mais verossímil quanto mais estiver envolvida e consolidada no contexto, que, se bem construído, permite que até mesmo seus aspectos inverossímeis sejam aceitos pelo leitor.

Essas proezas literárias foram alcançadas com grande êxito pelo escritor romântico brasileiro José Martiniano de Alencar (1829-1877), considerado pela crítica o principal expoente do nacionalismo literário. Na busca da construção do imaginário brasileiro, Alencar escreveu romances nos quais imprimiu a realidade histórica e cultural do país, ainda que limitado pelas fronteiras geográficas, conciliada à sua força criadora, carregada de imaginação e lirismo. Essa simbiose está claramente presente nas quatro modalidades nas quais sua obra foi dividida pela crítica: romances indianistas, romances regionalistas, romances históricos e romances urbanos.

Candido (1981, p.232) assevera que “por estender-se da poesia ao realismo quotidiano, e da visão heroica à observação da sociedade, a sua obra tem a amplitude que tem, fazendo dele o nosso pequeno Balzac.”. Essa comparação com o romancista francês é feita pelo também crítico literário Roberto Schwarz (2000, p. 70), porém depreciativamente, afirmando cópia mimética da forma europeia em detrimento da “sociabilidade social” expressa pela inadequação entre o tom das personagens periféricas e o tom das personagens centrais especificamente no romance *Senhora*, o que é considerada pelo crítico uma falha composicional. Nesse sentido, em algumas décadas anteriores a Schwarz, a crítica literária já se questionava acerca do nível de verossimilhança empregado nos romances de Alencar. Para Olívio Montenegro (1953, p. 50), faltou ao romancista “o senso de observação e análise. [...] Só pela observação e pela análise o artista pode defender a sua personalidade contra a tirania das primeiras impressões, e conter as ilusões da sua fantasia – pode entrar em contato com a

realidade”. Porém, Candido aponta em Alencar justamente o contrário, um olhar analítico e racional ao perfil de um “sociólogo” que lhe permitiu observar como as desigualdades sociais afetam as relações entre os seres, pois, segundo o crítico supracitado, “Alencar sentiu muito bem a dura opção do homem de sensibilidade no limiar da competição burguesa.” (CANDIDO, 1981, p. 226-227).

O olhar analítico sobre a sociedade tem destaques nos romances urbanos, que apresentam vários aspectos da cidade do Rio de Janeiro. Em suas histórias, Alencar demonstra consciência dos espaços político, econômico e social conquistados pela classe burguesa e como sua ascendência intensificou a corrupção da moral social, movida cada vez mais pelo capitalismo. Essa corrupção gerou um conflito ético-moral entre o homem e a sociedade, uma vez que uma moral capitalista se instaurava e o homem precisava usar a própria razão para decidir segui-la ou violá-la, possibilidade indicada por Konder (2000, p. 15). Retomando o princípio da utilidade, uma ação racional se baseia em interesses pessoais ou coletivos e seus resultados devem ser a satisfação, ou o bem-estar, ou simplesmente a felicidade dos envolvidos, ou seja, não apenas um estado mental, mas um sentimento. Assim, a razão parece ser guiada por um interesse que é gerado por um sentimento, que parece ser o principal desencadeador do conflito com a moral vigente que prega determinados pensamentos, sentimentos e atitudes, conforme explicou Vázquez (1969, p. 36). Pode um homem compartilhar da hipocrisia e do individualismo da moral burguesa, logo, sua razão está em concordância com estes sentimentos. Porém, pode também negar estes sentimentos difundidos pela sociedade e, através de sua razão baseada em seus sentimentos contrários, transgredir as normas sociais.

Esse olhar analítico transparece claramente no romance *Senhora* (1875), pois através de coerência interna, e mesclando realidade e imaginação, Alencar mostrou o conflito ético-moral entre as personagens e o meio. Dessa forma, segundo Candido (1981, p. 114), o romance *Senhora* (1875) preparou o terreno da análise social para a poética realista, que surgiu no Brasil seis anos após o lançamento desta obra.

Baseado na concepção de moral de Vázquez e no princípio ético da utilidade, o presente trabalho buscará analisar o conflito ético-moral entre os protagonistas Aurélia Camargo e Fernando Seixas do romance *Senhora* (1875) e a moral retratada no contexto literário em questão, considerando este conflito como uma consequência da coexistência de sentimento e razão presente nas práticas humanas, pois uma vez identificada em fragmentos de seres reais, é artisticamente representada pela poética ficcional romântica, que, para Vizzioli (1993, p.

140), [...] não expulsou a razão; apenas a integrou num contexto mais amplo, em que o principal elemento conformador seria o sentimento.

Dividida em quatro capítulos, intitulados “O Preço”, “Quitação”, “Posse” e “Resgate”, a história inicia-se a partir do tempo presente, quando Aurélia é apresentada ostentando riqueza e luxúria e poucas informações são dadas a respeito de seu passado, reservado ao segundo capítulo, “Quitação”, quando um longo *flashback* relata o nascimento do conflito ético-moral que move as ações presentes e futuras dos protagonistas. No terceiro capítulo, “Posse”, é narrada uma sucessão de fatos decorrentes do conflito relatado, seguido pelo último capítulo, “Resgate”, quando é dissolvido o conflito e estabelecido o final feliz.

Conforme se pode observar, a ordem temporal da narrativa é não linear. No entanto, a presente análise seguirá o tempo cronológico da história por compreendê-lo mais objetivo, e trazer a analepse, presente no segundo capítulo da obra, para o início da presente análise possibilita a compreensão da história dos protagonistas e como se originou o conflito relatado no tempo presente da narrativa.

### 3. DA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DE FRAGMENTOS EM CONFLITO ÉTICO-MORAL

#### 3.1. Do nascimento do conflito ético-moral

Um dos recursos literários utilizados por José de Alencar em *Senhora* para mostrar o passado de Aurélia e sua relação com a moral da alta sociedade fluminense é a analepse, que consiste na introdução no tempo presente de um fato pertencente ao tempo passado, e que apresenta relação direta com o presente da narrativa. No romance *Senhora*, a analepse é empregada no segundo capítulo, momento da narrativa em que se origina o conflito ético-moral da protagonista.

Aurélia era filha de mãe pobre e pai abastado que abandonou a riqueza no berço familiar para unir-se por amor. Emília Camargo e o médico Pedro Camargo viviam um casamento às escondidas, pois temiam que o pai de Pedro, o rico fazendeiro Lourenço de Sousa Camargo, descobrisse a união. Viam-se com pouca frequência, pois Pedro era obrigado a viver com o pai em sua fazenda. Apesar disso, Pedro conseguia prover o sustento da família, através da mesada do pai, e auxiliar Emília na educação dos filhos. No entanto, inconsciente do casamento do filho, o velho Camargo designou a Pedro uma menina de quinze anos, filha de um rico fazendeiro, para efetuar o típico casamento por interesse. Golpeado por esta imposição, que representava a impossibilidade da realização do amor, Pedro foi acometido por uma febre à qual sucumbiu, a pretexto da poética romântica.

Com a ausência do pai, a família de Aurélia diferia-se do padrão patriarcal corrente na época. Crescida na modéstia, em companhia da mãe e do irmão, Emílio, a jovem era responsável por todas as lides domésticas, cumprindo o papel feminino no lar. Conforme os padrões preconceituosos da época, as mulheres não tinham reconhecida sua faculdade de raciocínio lógico. Porém, a natureza dotou Aurélia de uma inteligência “viva” e “brilhante” que a capacitava para realizar atividades que a colocavam muito próxima de um nível de raciocínio considerado masculino. Assim, além das tarefas resguardadas às mulheres, Aurélia assumia as tarefas de caixeiro de um corretor, designadas ao irmão, que, de inteligência mediana e inapta para o cálculo, era incapaz de realizá-las. Por esta razão, a moça se responsabilizou pelos cuidados da imagem pública do seu irmão, atitude que exemplifica a influência feminina sobre a posição social do homem mencionada por D’Incão (1997, p. 229-230).

Além disso, esta atividade contábil levou Aurélia a conhecer os interesses burgueses, fortemente apoiados na obtenção de altos lucros, e a maneira mais incorreta de atingi-los: através da exploração dos menos favorecidos, atitude do patrão de Emílio. O narrador não revela os sentimentos de Aurélia para com esta relação com a burguesia, mas é possível apreender grande empenho da protagonista em manter este trabalho, o que representa sua forte habilidade laboriosa, tanto para a lida doméstica como para o cálculo.

Nessas condições, Aurélia aprendeu a dar conta das necessidades familiares praticamente sozinha, pois mãe e irmão eram dependentes de seu auxílio moral e financeiro, tendo a moça que desenvolver vários trabalhos, inclusive os de corretor, para sustentar-se a si e a sua família. Isso demonstra que, apesar do opressivo papel social feminino, as mulheres eram naturalmente dotadas de faculdade racional, das quais poderiam utilizar-se conforme suas próprias necessidades e interesses.

Apesar de transgredir a moral social casando-se às escondidas em nome do amor, dona Emília entrevia o legado de pobreza, sofrimento e dificuldades que Aurélia teria que assumir caso permanecesse solteira. O narrador não esclarece as motivações da pobre mãe, mas subentende-se que esta desejava uma condição de vida melhor para a filha, o que certamente seria possível através de um casamento de conveniência. Neste sentido, convencia-se de que Aurélia necessitava do amparo de um marido e constantemente pedia-lhe que fosse para a janela, o que para a moça era uma grande contradição, pois apresentava uma concepção de casamento como a maioria das meninas da sua idade, que, conforme Hahner (2003, p.86), imaginavam o matrimônio como a expressão máxima do amor, e que o companheiro ideal para uma vida feliz era o homem escolhido por seu próprio coração. Para ela, “casamento e mortalha no céu se talham” (ALENCAR, 2003, p. 105), ou seja, o casamento é um programa pré-estabelecido pelo destino. Este pensamento explica seu conhecimento intuitivo do matrimônio, uma vez que sua leitura sobre o casamento inspirava-se na experiência afetiva dos pais, cuja união efetuou-se porque se amavam mutuamente. Nascida de uma união que transgredia o interesse econômico atribuído a este costume, ela conhecia apenas o seu aspecto altruísta, revoltando-se contra a ideia de se expor à janela para ser admirada e desejada por homens que não lhe despertavam o amor:

Foi para a menina um suplício cruel essa exposição de sua beleza com a mira no casamento. Venceu a repugnância que lhe inspirava semelhante amostra do balcão, e submeteu-se à humilhação por amor daquela que lhe dera o ser e cujo único pensamento era sua felicidade (ALENCAR, 2003, p. 106).

Considerando o desejo da mãe e a possibilidade de um destino melhor, Aurélia contraria seus ideais acerca da autenticidade do amor ao seguir uma convenção social, e nega o princípio ético da utilidade, uma vez que considerou a vontade da mãe em detrimento de sua própria vontade. É possível dizer que o sentimento de consideração filial levou-a a utilizar a razão na decisão da melhor atitude.

Porém, esta prática que confrontava sua visão do amor conjugal representou o caminho pelo qual chegou a ela aquele ideal romântico, materializado em forma de um belo rapaz que despertou o “sonho da imaginação”. Neste momento da narrativa, Fernando é reintroduzido na história, agora no contexto da origem da relação entre ele e Aurélia.

Fernando Rodrigues de Seixas era um jovem de família sem grandes recursos composta pelo pai, a mãe e duas irmãs que ajudavam nos serviços do lar. Sua condição econômica era bem retratada pela construção doméstica e seu mobiliário, que, segundo o narrador, denotavam “extrema pobreza” (ALENCAR, 2003, p. 38).

O jovem crescera em meio às relações burguesas, pois seu pai era empregado público e cultivava muitas amizades nesse meio social; cursou a Faculdade de São Paulo, o que correspondia à educação superior destinada aos homens, porém abandonou os estudos em decorrência da morte do pai. O narrador nos revela que faltava a Fernando força de vontade, com a qual seria possível vencer as dificuldades da vida e obter o título de bacharel. Ao contrário, apostava na ascensão social através dos padrões morais do tipo humano burguês, que se aproveitava das oportunidades geradas pela sociedade, conforme indica Konder (2000, p. 15). Assim, cedo iniciou carreira no funcionalismo, a convite de amigos de seu pai, e aprofundou sua inserção no mundo burguês.

Também como consequência do óbito do pai, Fernando foi transportado para o centro do núcleo familiar, mas não como o responsável pelas despesas, mas sim como o “objeto” de esperança de um futuro bem sucedido. Mãe e irmãs não o incentivavam para os estudos, mas inconscientemente zelavam para que construísse sua independência financeira e usufruísse os frutos de seu trabalho consigo mesmo. Levava uma vida de divertimentos em bailes e teatros e de galanteios, seguindo o padrão de comportamento dos rapazes burgueses e impregnando-se da moral burguesa:

Foi assim que Seixas insensivelmente afez-se à dupla existência, que de dia em dia mais se destacava. Homem de família no interior da casa, partilhando com a mãe e as irmãs a pobreza herdada, tinha na sociedade, onde aparecia sobre si, a representação de um moço rico (ALENCAR, 2003, p. 46).

Foi em meio à vida de divertimentos e galanteios que Fernando conheceu Aurélia, por quem passou a nutrir sincero respeito. Em diálogo travado com uma das irmãs, Fernando revela-nos que entrevia em Aurélia seu potencial para a riqueza, o que supõe a maior inspiração para sua paixão. Um pouco mais de uma semana depois, Fernando tomou a atitude impulsiva de declarar seu amor por Aurélia, pois a transparência de seu sentimento e a admiração pela beleza da moça confundiram sua razão.

Com esta atitude não é possível dizer que Fernando seguiu o princípio da utilidade, porque não fez uso da razão, tendo o sentimento sido predominante em sua escolha, a pretexto da estética romântica. O resultado foi uma contradição entre consciência (desvinculada da moral burguesa) e vontade (fortemente ligada à moral burguesa). Em decorrência dessa contradição, dirigia-se aos bailes, onde não deixava de exercer a galanteria. Além disso, frequentar um ambiente humilde lhe preocupava por temer “macular o primor de sua fina distinção” (ALENCAR, 2003, p. 113). Apesar de tudo, pediu a mão de Aurélia, que, a esta altura, não sabia se amava mais ao homem ou ao seu ideal.

Porém, mesmo assumindo este compromisso com a mulher pela qual sentia sincera paixão, Fernando sucumbia ao seu caráter conquistador, inspirado pelas convenções sociais, e travou galanteios com uma dama de “bom-tom”, também noiva, filha de um empregado da Alfândega, a Adelaide. Inspirado por esse novo conhecimento, o caráter moralmente corrompido de Fernando o levou a refletir acerca de seu pedido à Aurélia e repensar sua atitude impulsiva. Compartilhava da mentalidade burguesa, que associava o casamento a uma forma de ascendência social ou obtenção de dinheiro, sendo a mulher apenas mais uma de suas posses, conforme apontado por Hahner (2003, p. 86). Assim, além de manter suas novas aquisições – esposa e casa – luxuosas e elegantes para sustentarem sua boa imagem, a permanência no lar, a intimidade e o convívio com filhos formavam, para Fernando, o pavoroso retrato do casamento. Sua vida era o mundo, e o galanteio o seu destino.

A forte contradição ético-moral entre o amor e a vida difícil com Aurélia, e a amizade e a vida abastada com Adelaide perturbava Fernando, que, apesar da grande indignação pela atitude impensada, logo se arrependeu do pedido de casamento, o que lhe afetou o ânimo. Aurélia intuiu a razão de tal mudança no olhar do noivo e o liberou da promessa, se contentado com o seu amor. Essa abdicação da palavra do noivo demonstra a negação de Aurélia do princípio da utilidade, pois ao libertar o outro gerou vantagem e benefício para este, que pode seguir seu caminho conforme sua busca interior, ainda que esta atitude causasse o mal para ela, pois não poderia realizar o seu desejo de unir-se ao homem que amava, confirmando a afirmação de Hahner (2003, p. 86) acerca das grandes frustrações

femininas geradas pelo casamento. Para Aurélia bastava-lhe o sentimento do amor, o que lhe salvava da vil mentalidade burguesa.

Dentro de poucos dias, Fernando passara a frequentar a casa de Adelaide, cujo pai, o Tavares do Amaral, ofereceu-lhe a mão da filha juntamente com um dote de trinta contos de réis. Mais inclinado a cumprir a sua vontade do que seguir a dignidade da consciência, Fernando aceitou a proposta, vendendo-se pela primeira vez. Adotou a moral burguesa comportando-se egoisticamente, uma vez que, segundo sua concepção de casamento, “unia-se” a uma moça de “bom-tom” apenas porque lhe fora juntamente oferecido um capital, o que lhe possibilitaria manter sua imagem de homem rico perante as classes altas. Para Fernando, o amor não era nem meio nem fim, mas um empecilho para sua ambição. Através do uso da razão, considerou os benefícios mais importantes que os prejuízos, e seguiu o princípio da utilidade, uma vez que promoveu sua vantagem econômica e correspondeu ao interesse das duas outras partes envolvidas.

Fernando rompeu definitivamente suas relações com Aurélia, que logo descobrira a causa da separação. “Nunca sentira dor como esta. Sofrera com resignação e indiferença o desdém e o abandono; mas o rebaixamento do homem, a quem amava, era um suplício infindo [...]” (ALENCAR, 2003, p. 127).

Como seu interesse por Adelaide não era amoroso, mas apenas financeiro, Fernando logo tratou de afastar-se deste compromisso. Nestas mesmas circunstâncias, a distinção entre vida familiar e vida social gerou no rapaz um conflito interior: ser a pessoa que era no ambiente doméstico, o tipo humano burguês, ou o que ele queria ser na sociedade, o autêntico burguês cujo contato era desejado pela aristocracia. Ser o que ele queria ser perante a sociedade exigia-lhe afastar-se da família, pois esta poderia comprometer a imagem burguesa que havia construído de si no meio social. A solução seria nivelar a vida familiar à vida social. No entanto, melhorar a condição financeira da família era uma condição visada unicamente para manter a sua imagem e não para tornar a parentela mais feliz. Desse modo, seguiu o princípio da utilidade, pois considerou suas vantagens, movido pelo sentimento de ambição, em busca da satisfação dos próprios interesses.

Já o destino de Aurélia começou a mudar no dia em que seu avô, pai de seu pai, procurou-a em sua casa, reconhecendo-a como neta. Sob seus cuidados, o velho deixou um “maço de papel lacrado”, pedindo que só o abraße quando lhe fosse permitido, o que foi possível fazer apenas três meses depois, quando sua mãe já havia falecido e soube do falecimento do avô. Nestas circunstâncias, Aurélia vivia com dona Firmina Mascarenhas, uma

velha parenta, e recebera um correspondente do avô recomendando-a a abertura daquele papel sob seu poder. O destino anunciava-se:

O papel continha o testamento em que Lourenço de Sousa Camargo reconhecia e legitimava como seu filho a Pedro Camargo, que fora casado com D. Emília Lemos, declarando que à sua neta D. Aurélia Camargo, nascida de um legítimo matrimônio, instituíra sua única e universal herdeira. [...] Calculava-se o cabedal de Camargo em mil contos ou cerca. (ALENCAR, 2003, p. 136).

Aurélia recebeu a herança de seu avô como uma oportunidade de lutar contra a degradação moral da sociedade que impedira seu sonho de amor. Na companhia de dona Firmina e tendo aceitado a tutela de seu tio Lemos apenas por convenção, Aurélia instalou-se em uma casa de mais elevada decência e, como já estava habituada a dirigir seu lar e seus atos, preferiu seguir governando-se a si mesma.

Conforme nos indica o narrador (ALENCAR, 2003, p. 137), em função de sua nova condição social, Aurélia adotou novos modos, como frequentar a sociedade, um costume indispensável às mulheres bem dotadas (HAHNER, 2003, p. 50). Seu caráter, porém, mantinha-se o mesmo, e o confronto entre seus nobres princípios éticos e os torpes princípios morais da sociedade exigia da jovem milionária alto teor de sarcasmo e ironia para suportar a infâmia moral.

Foi uma decisão difícil para Aurélia, mas o desejo de ser reconhecida por Fernando por seus valores ético-morais e não pelo seu poder econômico guiou sua razão para o sacrifício de seu bem-estar ao conviver com a vilania moral visando ao resultado positivo de sua ação, qual seria o pedido de perdão de Fernando. Sua longa experiência na pobreza permitiu-lhe desenvolver valores morais opostos aos valores morais burgueses, tão associados ao capitalismo, gerando um sentimento de revolta, pois reconhecia que o homem era fortemente atraído pelo dinheiro. Assim, a moça culpava a alta sociedade por tomar seu amado de si. Fernando era frequentador da alta sociedade, e a moça o conhecia bem para saber que ele aceitaria casar-se apenas com alguém que ostentasse, no mínimo, o mesmo *status* social. Considerando esse fato, seguia o princípio da utilidade, uma vez que optava suportar os prejuízos para obter os benefícios desejados de sua decisão.

Aurélia convocou seu tutor para revelar a ele sua decisão. Declarou já haver escolhido seu futuro marido e obrigou Lemos a ajudá-la. Essa atitude é outro indicador do caráter transgressor de Aurélia, pois como afirma Hahner (2003, p. 45), os parceiros das jovens de elite eram escolhidos pelos pais. A protagonista, uma vez órfã, tinha o tio Lemos como tutor, que era supostamente responsável por sua proteção, mas isso não influenciou o seu arbítrio.

Dona de si, considerou as próprias vontades e aquilo que realmente lhe importava, seguindo o princípio da utilidade. Ordenou ao tio desmanchar o ajuste matrimonial entre Fernando e Adelaide e propor ao moço a quantia de cem contos de réis de dote para um casamento com separação de bens, guardando sigilo sobre a identidade do proponente.

Feita a proposta, Fernando a recusou em um primeiro momento, alegando estar “de algum modo comprometido”. No diálogo travado com Lemos, Fernando apresenta o lado honroso e íntegro de seu caráter, que se destaca pelo aspecto duvidoso da proposta.

No entanto, as particularidades que sua vida social exigia tomavam todo o lucro de seu trabalho, tendo, muitas vezes, que recorrer à poupança familiar. Encontrava-se endividado, justo no momento em que o Amaral rompeu o acordo de seu casamento com Adelaide. Além disso, precisava dispor de um valor para cobrir o enxoval da irmã mais velha. Mas a maior preocupação foi ter sido dispensado da comissão de Pernambuco. Assim, entrevia uma vida sem perspectivas de um bom futuro.

Atacado por um “pânico de pobreza”, negou-se a abandonar sua ilustre figura no meio social. Seguindo o princípio da utilidade, considerando os benefícios que obteria com os resultados e desejando recuperar a estabilidade financeira, dois dias depois se encontrava no escritório do velho, decidido a retomar a proposta.

Como nos revela o narrador, Fernando sentia-se profundamente constrangido com sua atitude. No entanto, ao vender-se a Adelaide, não sentiu constrangimento, talvez pelo domínio que tinha sobre a situação. Sob esta nova condição, estava sacrificando-se “por um preço de moeda” e arriscando adentrar o paraíso ou o inferno. Por razão de dificuldades financeiras que o cercavam, o jovem lançou uma contraproposta, solicitando o adiantamento de vinte contos, garantido pelo Lemos para o dia seguinte.

### **3.2.Do valor dos princípios éticos diante da moral burguesa**

Três dias após o recebimento do adiantamento, Fernando é convocado para apresentar-se à desconhecida prometida. Quando, no local do encontro, lhe é apresentada a desconhecida, Fernando surpreendeu-se com a visão de sua amada e foi tomado por uma “satisfação íntima” que o fez esquecer plenamente da razão daquele encontro. Recordações do passado desconsideradas, Fernando assumiu um crescente estado de serenidade, acreditando ser possível remir-se de um ajuste mercantil pelo “enlace do amor”, surtindo, assim, um pouco de tranquilidade por sua sorte.

Alguns encontros mais tarde, o pedido de casamento foi oficializado. Na casa das Laranjeiras, Fernando recebeu a mão de Aurélia, confiando-lhe seu amor para realizar a difícil tarefa de fazer a moça feliz. Já a noiva apenas revelou o desejo que guardava em seu coração e a missão à qual incumbiu Fernando de realizar:

- Aqui tem a minha mão; é tudo quanto posso dar-lhe. A mulher que ama e que sonhou, essa não a possuo. Mas se o senhor tiver o poder de a realizar, ela lhe pertencerá absolutamente como sua criatura. Acredite que esta é a esperança de minha vida, eu a confio de sua afeição. (ALENCAR, 2003, p.80).

Fernando, porém, não compreendeu a fundo o misterioso significado destas palavras, limitando-se a considerar Aurélia receosa da transparência de seu amor: “Ela duvida que eu a ame; pensou consigo. Suspeita que tenho a mira em sua riqueza. É preciso que a convença da sinceridade de minha afeição. Se ela soubesse! Um desgraçado pode sacrificar sua liberdade; mas a alma não se vende!” (ALENCAR, 2003, p. 81). Entende-se, assim, que Fernando confiou às pretendentes anteriores apenas sua palavra, porquanto sua alma pertencera sempre à Aurélia desde seu conhecimento. A fatalidade obrigou-o a ceder à moral social burguesa, o que, na situação ruim em que se encontrava, era o único meio de reabilitar a vida oculta, construída atrás da imagem de elegante e respeitoso burguês.

Chegado o dia do casamento, Aurélia encaminhou a aprovação de seu testamento, que foi registrado pelo tabelião na presença do tutor e de algumas testemunhas. Realizara assim sua última “excentricidade”.

Enfim só, Aurélia preparava-se para a seção mais difícil de seu projeto. Por um momento, pensou em desistir do intento, esquecer o passado e viver o amor verdadeiro. Porém, a revolta contra a ilusão do dinheiro que desconsiderou seu verdadeiro amor a fez resistir a esta ideia, recuperar a coragem e continuar seu projeto.

Adentrando o aposento, Fernando a aguardava retido nas malhas da ilusão, porque pensava que conseguiria facilmente convencer Aurélia de seu amor, e recebeu-a com ternas demonstrações de afeto:

- Não me mates de felicidade, Aurélia! Que posso eu mais desejar neste mundo do que viver a teus pés, adorando-te, pois que és a minha divindade na Terra. Seixas ajoelhou aos pés da noiva; tomou-lhe as mãos que ela não retirava; e modulou o seu canto de amor, essa ode sublime do coração, que só as mulheres entendem, como somente as mães percebem o balbuciar do filho. (ALENCAR, 2003, p. 92).

Movido pela felicidade que o contaminava, Fernando exteriorizou assim o princípio da utilidade, sob o qual sempre se comportou em conformidade com a moral, uma vez que se sentia ética e moralmente beneficiado com os resultados de sua decisão.

Aurélia, porém, ao dar início à realização de seu intento, qual era mostrar a Fernando a imensa paixão que nutria e que o jovem não compreendera outrora, seguiu o princípio da utilidade, pois via um benefício no tão desejado reconhecimento do seu amor. Assim, conforme o narrador nos revela:

O sentimento que animava Aurélia podia chamar-se orgulho, mas não vingança. Era antes pela exaltação de seu amor que ela ansiava, do que pela humilhação de Seixas, embora essa fosse indispensável ao efeito desejado. Não sentia ódio pelo homem que a iludira; revoltava-se contra a decepção, e queria vencê-la, subjugar-la, obrigando esse coração frio que não lhe retribuía o afeto, a admirá-la no esplendor de sua paixão (ALENCAR, 2003, p. 203).

Assim, impulsionada pela ânsia de reconhecimento e pelo pedido de perdão de Fernando, Aurélia prosseguiu inabalável diante da fala emocionada do marido:

Representamos uma comédia, na qual ambos desempenhamos o nosso papel com perícia consumada. Podemos ter este orgulho, que os melhores atores não nos excederiam. Mas é tempo de pôr termo a esta cruel mistificação, com que nos estamos escarnecendo mutuamente, senhor. Entremos na realidade por mais triste que ela seja; e resigne-se cada um ao que é, eu, uma mulher traída; o senhor, um homem vendido (ALENCAR, 2003, p. 93).

Consciente da necessidade de um marido, companhia que sua atual condição social exigia, não o escolheu senão seguindo a moral que aprendera quando criança. Assim, ao comprar um marido e este sendo um homem escolhido por ela, Aurélia transgrediu a moral social e inverteu os papéis de gênero, intitulado-se senhora e preceptora e atribuindo a Fernando passividade e obediência. Além disso, expressou seu conflito ético-moral, uma vez que desejava a restauração de seu amor traído em oposição à aceitação feminina da sua desvalorização pelos outros.

No que se refere a Fernando, seu cálculo da felicidade estava correto, porém o que gerou desvio nos resultados foi o “cálculo dos prazeres” do comprador. Dessa forma, tem o princípio parcialmente corrompido ao ser julgado como “homem vendido”, uma vez que tal expressão o remete novamente à condição de objeto de compra a que se submetera, subtraindo sua felicidade.

Aurélia acreditava que seu amor deveria ter sido correspondido, pois o julgava puro, transparente e altruísta, em outras palavras, um sentimento raro que merecia ser valorizado. A

ferida nasceu não do fato de ter sido abandonada por outra afeição, pois que se fosse sincera era valorosa; mas sim de ter sido trocada por desprezíveis trinta contos de réis, uma quantia efêmera e incomparável ao sentimento que nutria. Para Aurélia, bastava poder amar Fernando mesmo que ele amasse outra mulher, pois este amor a resguardaria de um casamento de conveniência, transação a qual repugnava. No entanto, ao trocar o verdadeiro amor de Aurélia por reles dote, Fernando tornou-se indigno deste amor.

A jovem não admitiu tal situação, pois esta atribuía ao seu amor um preço, e este seria muito inferior ao valor do dote. Isto era imperdoável para a moça, uma vez que toda a sua existência e sua constituição moral valiam mais que meros trinta – ou cem – contos de réis. Assim, movida por seu orgulho, que garantia sua dignidade moral, a jovem milionária reagiu ao princípio da utilidade por seguir as suas convicções particulares, confrontando as convenções sociais que impediam o arbítrio feminino (HAHNER, 2003, p. 45), ainda que isso lhe custasse a própria felicidade; ao mesmo tempo movida pelo egoísmo, expresso no querer o homem amado como ela desejava que ele fosse, segue o princípio da utilidade, pois assim o faz para obter a realização de um capricho.

Concluindo o negócio, o cheque de oitenta contos foi entregue a Fernando, cuja expressão indiferente a irritou e fez com que iniciasse o jogo de provocações, submetendo-o às suas ordens:

- Agora podemos continuar a nossa comédia, para divertir-nos. É melhor do que estarmos aqui mudos em face um do outro. Tome a sua posição, meu marido; ajoelhe-se aqui a meus pés, e venha dar-me seu primeiro beijo de amor... Porque o senhor ama-me, não é verdade, e nunca amou outra mulher senão a mim?... (ALENCAR, 2003, p. 144).

Ouvindo sua acusação e sua sentença, Fernando percebeu-se da afronta e decidiu entrar no jogo sarcástico de Aurélia:

-Não; não a amo. [...] Não, senhora, não enganou-se, disse afinal com o mesmo tom frio e inflexível. Vendi-me; pertença-lhe. A senhora teve o mau gosto de comprar um marido aviltado; aqui o tem como o desejou. Podia ter feito de um caráter, talvez gasto pela educação, um homem de bem, que se enobrecesse com sua afeição; preferiu um escravo branco; estava em seu direito, pagava com seu dinheiro, e pagava generosamente. Esse escravo aqui o tem; é seu marido, porém nada mais do que seu marido! [...] Espero suas ordens. (ALENCAR, 2003, p. 144-145).

De forma impudente, Fernando buscou resguardar os últimos brios que suportavam sua dignidade. Reconhecendo seu erro através da humilhação, seguiu o princípio da utilidade através de um processo de autodefesa, buscando manter a força interna para suportar a

provocação. Aurélia, a seu turno, sentiu-se contrariada pela reação sarcástica e irônica do marido. Sua intenção inicial era humilhá-lo; não esperava tal atitude, pois se certificava de que o marido imploraria o seu perdão, se ajoelhado aos seus pés. Uma vez contrariado o projeto e “vendo-o tranquilo e disposto a aceitar como natural a terrível situação; pensando no desbrío com que esse homem sujeitava-se a uma degradação de todos os instantes, Aurélia tivera um verdadeiro ímpeto de vingança” (ALENCAR, 2003, p. 203).

Tendo o orgulho ferido, Aurélia reelaborou seu projeto sob seu conflito ético, pois acreditava obstinadamente ser possível obter o pedido de perdão ainda que, para isso, gerasse para si um sofrimento sem tamanho. Ao final do embate com Fernando, não abandonou seu plano vingativo, mas pensou em métodos alternativos mais brandos, utilizando-se de seu gênio excêntrico, talvez para não lhe sacrificar tanto o coração e proporcionar ao marido oportunidades de diretamente redimir-se.

Essa cena é claramente demonstrativa da complexidade interior de Aurélia, sendo possível concebê-la como uma personagem esférica, segundo a definição de Foster (apud Candido, 1976, p. 63), pois apresenta um conflito interno que se reflete psicologicamente, tanto no campo dos sentimentos como no campo da razão. Dessa forma, Aurélia sofreu diversas mudanças comportamentais ao longo da narrativa, decorrentes deste conflito.

Em relação a Fernando, até a narração da cena acima, era claramente uma personagem plana, ou, nos termos de Foster (apud CANDIDO, 1976, p. 61), uma “caricatura” de um tipo social, qual seja o tipo humano burguês, e cujos traços distintivos não sofrem alteração ao longo da narrativa. É possível perceber em Fernando traços de ambição, egoísmo e hipocrisia, tão recorrentes entre os membros das classes altas. Porém, sua coragem de enfrentar sua Senhora denota a centelha de um despertar da personagem, indicando uma transformação moral. Educado sob as determinações morais da alta burguesia fluminense, Fernando foi cegamente submetido aos seus valores e instituições distorcidos. Porém, quando lançado à humilhação e à condenação de sua conduta, despertou em si a consciência do verdadeiro valor de sua alma, e reuniu forças para enfrentar a difícil situação que viveria por tempo indeterminado, e elevar seu caráter em nível de dignidade. Guiado pela razão, seguiu novamente o princípio da utilidade visando à recuperação de sua liberdade.

Neste sentido, os dois protagonistas compartilham uma semelhança, qual seja o rebaixamento de seus valores como homem – honra – e mulher – amor. Desejam, assim, ser reconhecidos um pelo outro por aquilo que possuem de mais genuíno e único, o que lhes diferencia de qualquer outro ser e lhes atribui um valor igualmente particular.

Decidira não tomar posse ou uso de nenhum bem que a esposa lhe havia ofertado: recusou-se a utilizar os objetos comprados por Aurélia; tratou de recuperar as vestimentas que havia trazido que eram mais modestas, bem como suprir algumas necessidades com seu próprio dinheiro; dedicou-se ao trabalho, apresentando-se na repartição, para onde ia de gôndola, quando não a pé. Buscava assim, resgatar a sua dignidade, pois uma vez homem nobre, podia vender sua liberdade, mas sua alma não valia cem contos de réis.

Resignado, adentrou o jogo sarcástico de Aurélia, desempenhando fielmente seu papel submisso. Realizava maquinalmente cada ação exigida por sua esposa, concebendo-as como seu dever de marido comprado.

Essas atitudes instigaram Aurélia, que, certa vez, interrogou a Fernando o porquê de sua “avareza”, para o que defendeu-se:

Vendi-lhe um marido [...] O que porém não lhe vendi foi minha alma, meu caráter, a minha individualidade [...] Se me der o capricho para fingir-me sóbrio, econômico, trabalhador, estou em meu pleno direito; ninguém pode proibir-me esta hipocrisia, nem impor-me certas prendas sociais, e obrigar-me a ser à força um glutão, um dissipador e um indolente. [...] Neste ponto sou livre, e a senhora não tem sobre mim o menor poder. (ALENCAR, 2003, p. 184-185)

E assim, trocando declarações, críticas e indiretas sarcásticas e mordazes, passou o casal um mês inteiro. Viviam sob uma máscara de indiferença mútua, na busca de seus ideais particulares e que, para atingi-los, necessitavam sacrificar sua felicidade.

Ao retribuírem as visitas, o que era uma prática imposta pela sociedade aristocrata aos recém-casados, Aurélia obteve outro modo de expor Fernando à humilhação: para apresentar-se, combinava as indumentárias que mais ressaltavam sua beleza, chamando a atenção das senhoras e despertando a cobiça dos admiradores. Gerava assim um contraste entre si e o marido que, com vestes mais simples, passava despercebido pelos olhares.

Mas as condições em que se achava, deviam mudar completamente a disposição de seu ânimo. Quanto mais se elevava a mulher, a quem não o prendia o amor e somente uma obrigação pecuniária, mais rebaixado sentia-se ele. [...] Ali, naquele carro, ou nas salas onde entravam, parecia-lhe que sua posição e sua importância eram a mesma, senão menor, do que tinha o leque, a peliça, as joias, o carro, no traje e luxo de Aurélia. (ALENCAR, p 2003. p. 195).

Este episódio apresenta um aspecto característico da estética realista considerando-se a análise das relações entre indivíduo e sociedade. É possível lê-lo como uma crítica ao valor de objeto atribuído às mulheres submetidas ao casamento de interesse, pois, para os homens, a mulher tinha o mesmo valor material que suas posses (HAHNER, 2003, p.86). Imagine-se:

como se sentiria o mais nobre homem se os papéis de gênero fossem invertidos? Nesta passagem, Fernando é claramente convertido a simples objeto de uso pessoal de Aurélia, como eram as mulheres na época em que se passa a narrativa. A coisificação de Fernando denota um preconceito implícito daquele tempo, pois assim como essa condição era humilhante para o homem, por que não seria para a mulher?

Aurélia, a seu turno, a cada dia perdia mais a esperança de obter a súplica do marido. Sob a exaustão de suas excentricidades e vulnerabilidade, e acumulando tentativas sem resultados positivos, convenciona-se cada vez mais de sua ilusão de ser possível comprar tudo quanto quisesse inclusive uma rogativa. Irritava-se com a submissão de Fernando, pois este agia de modo contrário ao seu desejo. Esses momentos de frustração levaram-na ao desânimo e fizeram-na decidir propor o rompimento do martírio conjugal como última tentativa:

Nossos destinos estão ligados para sempre. [...] Mas não pretendo condená-lo ao suplício desta existência, que vivemos há mais de um mês. Não o retenho; é livre; disponha de seu tempo como lhe aprouver, não tem que dar-me contas. [...] Há um meio de aliviar-lhe o peso dessa cadeia que nos prende fatalmente e de poupar-lhe as constantes explosões de meu gênio excêntrico. É o divórcio que lhe ofereço. (ALENCAR, 2003, p. 206-207).

Surpreendido por tal atitude, Fernando tentou compreendê-la e, sentindo-se comparado a um objeto que se joga fora quando não mais tem serventia para o dono, abordou a esposa:

- Talvez nunca lhe acontecesse refletir sobre este problema social, continuou Fernando. O senhor tem o direito de despedir o cativo, quando lhe aprouver? [...] A senhora fez-me seu marido; não me resta outra missão neste mundo; desde que impôs-me esse destino sacrificou meu futuro, não tem o direito de negar-me o que paguei tão caro, pois o paguei a preço de minha liberdade (ALENCAR, 2003, p. 207-208).

Seria muito mais cômodo para Fernando aceitar o divórcio e recuperar sua liberdade, bastando que ficasse com a “esmola” sem a necessidade de devolvê-la. Esta era a proposta de Aurélia. Porém, Fernando havia sofrido uma alteração em seu caráter que lhe fazia sentir-se subtraído à sua pessoa com tal ideia. Não se considerava um homem desonesto, e por esta razão resignou-se a recuperar sua liberdade honestamente. Buscando vencer a humilhação sofrida, quis ele restituir a liberdade e, com ela, a dignidade, o que cabia a si próprio.

Para tanto, nenhuma ideia lhe parecia “fácil” ou “correta”. Até que se decidiu e procurou o Lemos, a fim de obter algum conselho acerca de como obter rapidamente, porém honestamente, uma boa quantia de dinheiro. O velho aconselhou-o a vender libras esterlinas,

ideia que, após breve explicação, agradou ao jovem, e através dela, deu continuidade ao seu projeto.

A partir daquele dia, Aurélia afastou-se do convívio doméstico, tomada pelas fantasias do sonho frustrado. Aqui a personagem vive conflito dramático, cuja solução esperava encontrar na evasão. Como não obteve resultado, retornou à realidade e retomou sua vida social: bailes e teatros eram divertimentos dos mais agradáveis, quando não os realizava na própria residência.

Com o retorno do casal aos encontros sociais, alguns incidentes geraram o sentimento de ciúmes, tanto em Aurélia como em Fernando, como consequência do medo de perder um ao outro que afluía do amor disfarçado.

Passados onze meses de conflito interno, Fernando reunira todos os elementos necessários para mudar seu destino e preparou-se para o momento ideal de apresentá-los. Ausentou-se do lar durante um dia inteiro, despertando em Aurélia uma vaga impressão de que algo diferente estava por acontecer. Este sentimento confirmou-se quando, ao retornar, Fernando desejava conversar com ela, mas a variação de seu tom de voz e de seu semblante revelou que não se tratava de uma prosa qualquer.

Como reação a um provável sentimento de medo diante das evidências, Aurélia preparou-se a si e ao aposento, impregnando-o com todos os artifícios da sedução, como perfumes inebriantes e ambientes a meia-luz, a fim de desviar Fernando de uma ação indesejável. No entanto, o jovem estava resignado e, quando de encontro à esposa, pôs-se a declarar-se.

Assumi ter se equivocado ao pensar ter realizado um casamento de conveniência, que segundo a tradição ainda guarda alguma relação entre os noivos, quando Aurélia mostrou-o que participara de uma “transação mercantil”, esclarecendo acerca das distintas posições de comprador e objeto comprado, situação que ele mesmo teria desfeito se, quando naquele dia, ainda tivesse sob a posse dos vinte contos adiantados. Como não era este o caso, restava-lhe uma única resolução ditada pela razão, qual era cumprir a sua palavra diante do negócio em função da recuperação de sua honra.

Tirou do bolso uma carteira recheada com o dinheiro faltante; mostrou à Aurélia todos os papéis que apresentavam a origem deste dinheiro como prova de aquisição totalmente autêntica. Havia assim comprado novamente sua liberdade e restituído sua honra, sentindo-se aliviado: “Enfim partiu-se o vínculo que nos prendia. Reassumi a minha liberdade, e a posse de mim mesmo. Não sou mais seu marido. A senhora compreende a solenidade deste momento? - É o da nossa separação, confirmou Aurélia.” (ALENCAR, 2003, p. 285).

Apesar de profundamente comovida com tal atitude, Aurélia buscou no fundo de seu coração forças para manter-se calma e efetuar o negócio com digna seriedade. Percebendo a reação aceitante da esposa, quis Fernando explicar-lhe o motivo que o levou a vender-se, atribuindo-o à influência da sociedade burguesa, que difundia o casamento como meio legítimo de adquirir riqueza, e que se revelava como a chave para a solução dos problemas financeiros que seu caráter transviado gerou. Essa explicação é mais um sinal do seguimento do princípio da utilidade, que afirma que a ação correta deveria ser “modelo para os outros” (PELUSO, 1998, p. 24). A tradição do casamento de conveniência era um modelo a ser seguido, e Fernando não fez nada mais além de segui-lo convictamente, pois sua educação o fazia acreditar que a moral burguesa era correta e o normal era segui-la.

Assumi sua fraqueza no passado e reconheceu a importância da compra de Aurélia, apresentando-se diferente do que era no início da narrativa, denotando mais um traço distintivo de uma personagem esférica: “Hoje saberia afrontar a adversidade, e ser homem; naquele tempo não era mais do que um ator de sala; sucumbi. Mas a senhora regenerou-me e o instrumento foi esse dinheiro. Eu lhe agradeço.” (ALENCAR, 2003, p. 286).

Com esta atitude, compreende-se que a regeneração moral somente foi possível através do uso da razão influenciada por um sentimento de humilhação. Assim, a mudança interior foi um resultado do seguimento do princípio da utilidade, pois interessava para a personagem a recuperação de sua honra e a libertação de sua condição humana provocada pela sujeição à moral dominante. Para tanto foi necessário tomar atitudes racionais e, mais que isso, utilizar-se da razão para dominar os sentimentos contraditórios que a paixão e a vergonha lhe provocavam.

O sentimento de humilhação o colocou a reparar a sua situação. Assim, seguindo um preceito da estética romântica, e representando um fragmento de honestidade humana, Fernando devolveu o dinheiro pelo qual havia se vendido em lugar de aceitar a anulação do débito, e recuperou sua liberdade.

Aurélia, a seu turno, convencida de que Fernando estava mesmo partindo, abdicou de seu orgulho e arriscou sua vida na tentativa de realizar seu sonho amoroso:

- Pois bem, agora ajoelho-me eu a teus pés, Fernando, e suplico-te que aceites meu amor, este amor que nunca deixou de ser teu, ainda quando mais cruelmente ofendia-te. [...] Aquela que te humilhou, aqui a tens abatida, no mesmo lugar onde ultrajou-te, nas iras de sua paixão. Aqui a tens implorando seu perdão e feliz porque te adora, como o senhor de sua alma. (ALENCAR, 2003, p. 288).

Tal manifestação não surtiu o efeito desejado, forçando Aurélia a utilizar-se do recurso preparado momentos antes do casamento, pois se havia prevenido para todos os resultados possíveis de seu projeto. Em sinal de verdadeiro perdão, apresentou-lhe seu testamento, confessando seu amor e declarando Fernando seu herdeiro universal.

Ao devolver à Aurélia o valor de sua compra, Fernando levou ao extremo o conflito interior com o qual a moça lutava, cabendo a ela, como última tentativa, seguir o princípio da utilidade para reestabelecer a felicidade entre ambos, evitando o sofrimento iminente da separação bem como agregando prazer ao declarar perdão e ao rogar pela conciliação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista filosófico, a moral é o conjunto de normas e costumes desenvolvidos dentro de cada sociedade, variável no tempo e no espaço. O surgimento da burguesia no Brasil no século XIX acrescentou à moral carioca uma forma de ascensão social baseada na produção de capital e na burla dos valores éticos. Neste sentido, as diferenças entre os papéis de gênero foram dilatadas, uma vez que as relações íntimas entre homens e mulheres das classes altas foram reduzidas a meros meios para atingir fins de interesse particular.

Ainda em base filosófica, a moral existe para ser seguida, mas pode ser violada pela ética humana, que, também sob o ponto de vista filosófico, é a escolha dos homens racionais em agir de acordo com a moral ou não. Segundo o princípio da utilidade, essa escolha é feita com o intuito de promover o máximo prazer possível para o indivíduo e deve ser feita com o uso da razão, que considera interesses particulares ou coletivos. Estes interesses, por sua vez, são em grande parte resultantes dos sentimentos e das vontades dos indivíduos, que muitas vezes não correspondem à moral social, originando-se um conflito ético-moral entre homem e sociedade.

Através da observação de qualidades e vícios de fragmentos de seres reais presentes na sociedade de sua época, José de Alencar percebeu que, entre estes, havia aqueles que não seguiam os modelos socialmente determinados, apresentando aquele conflito ético-moral. Assim, ainda que adepto da estética romântica cujas principais características são o idealismo, sentimentalismo e o individualismo, soube reconhecer os reflexos do uso da razão destes seres fragmentados em suas decisões; e afetado pela memória, imaginação e observação, Alencar buscou em *Senhora* representar literariamente este conflito através da construção de personagens planas e esféricas.

As ações analisadas parecem ser raciocinadas, conscientes, e todas executadas em função de sentimentos particulares, ou seja, dos interesses dos protagonistas. Por este motivo, a ética utilitarista foi adotada como base de análise, pois considera que toda ação racional é pautada em interesses e busca como consequência a máxima utilidade.

Os princípios éticos de Aurélia estavam em desacordo com a moral burguesa – aristocrática, uma vez que ela não se deixou atingir pelas circunstâncias desfavoráveis da sua condição feminina e financeira, demonstrando a autenticidade de seu caráter.

Já os princípios éticos de Fernando foram moldados ao gosto da moral burguesa e tendiam para o seu cumprimento e mesmo para sua apreciação, pois se habituara aos

galanteios descompromissados que, cedo ou tarde, poderiam lhe garantir um meio aceitável de ascensão social.

Quando do despertar do amor e da paixão, ambos passaram por um conflito ético-moral caracterizado pela oposição entre suas vontades individuais e a norma social. O sentimento de revolta contra a corrupção moral de Aurélia e o medo de pobreza de Fernando os fizeram usar a razão para atingir seus interesses, quais eram o reconhecimento de seu amor e reestabelecimento das condições financeiras.

Já quando do reencontro, novos sentimentos foram produzidos pelos protagonistas, cujo seguimento do princípio da utilidade não obteve os fins esperados, contrariando as expectativas de suas decisões. Aurélia segue a razão para realizar um objetivo que transgredia a moral social; Fernando segue a razão para atingir um objetivo inicial que obedece a moral social, e a um objetivo final que a transgride. Desse modo, sentimentos de humilhação e de orgulho ferido geraram novos interesses, quais eram receber um pedido de perdão e recuperar a honra, e exigiram o uso da razão para atingi-los.

Alencar buscou retratar aspectos histórico-sociais do contexto em que vivia, qual era o da ascensão da burguesia e as suas relações de interesse com as demais classes sociais. Porém, o olhar sociológico do romancista não o impede de seguir as normas mais tradicionais do gênero romântico, como o idealismo romântico representado pelo final feliz, em que também a razão se faz presente em relação aos sentimentos.

O romancista enquadrou Aurélia na posição submissa em virtude da coerência composicional da narrativa, que não permitia a ruptura com a estética romântica. Porém, uma leitura mais atenta da obra permite observar uma provocação à sociedade fluminense, uma crítica sutil com vistas a colocar à mostra aspectos da realidade. Ainda que sua crítica aos equívocos morais da sociedade tenha sido elaborada sob os principais motivos românticos, as escolhas de vocabulário e de cenas, e a prática de muitas descrições indicam uma produção literária não plenamente inspirada no sentimentalismo lírico e imaginativo, pois o olhar analítico e sociológico de Alencar aponta para uma consciência artística planejada racionalmente.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. xiv, 1210 p.

ALENCAR, José Martiniano de. **Senhora**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 1997.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Coleção Os Pensadores, 3. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1984.

D'INCÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORI, Mary Lucy Murray (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, Ed. da UNESP, 1997. p. 223-240.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1964.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino** : a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis : Mulheres; Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2003.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do “homem burguês”**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

LINHARES, Temístocles. **História crítica do romance brasileiro** : 1728-1981. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. 3v.

MONTENEGRO, Olívio. **O romance brasileiro**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1953.

PELUSO, Luis Alberto. Utilitarismo e ação social. In: PELUSO, Luis Alberto (Org.). **Ética e utilitarismo**. Campinas: Alínea, 1998. p. 13-26,

PONTIERI, Regina Lúcia. **A voragem do olhar**. São Paulo : Perspectiva, 1988.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas** : forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **A personagem de ficção**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **Formação da Literatura Brasileira** : momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2v.

VIZZIOLI, Paulo. O sentimento e a razão nas poéticas e na poesia do romantismo. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978c. p. 137-156.

AUDI, Robert. (Org.). **Dicionário de Filosofia de Cambridge**. São Paulo: Paulus, 2006, 1019 p.